

Os novos manuais escolares estão aí. E agora?

Os novos manuais escolares de Matemática estão aí. Aos poucos foram sendo divulgados e distribuídos aos professores de todos os ciclos e por todo o país.

Não é necessária uma análise muito aprofundada para nos apercebemos da variabilidade que revelam a nível da sintonia com as orientações expressas pelo novo programa de Matemática do ensino básico, cujo ensino e/ou aprendizagem supostamente tomam como referência. Na realidade, alguns correspondem a documentos em que é bastante difícil ou mesmo impossível identificar as ideias-chave do novo programa, não se vislumbrando qualquer preocupação consistente com o desenvolvimento do sentido de número e da fluência das operações, com a literacia estatística, o pensamento algébrico, o sentido espacial, nem com as conexões entre os temas do programa. E isto apesar de serem certificados por entidades que deveriam, como está regulamentado, não só garantir a sua qualidade científica e pedagógica, mas também «assegurar a sua conformidade com o Currículo Nacional e com os programas e orientações curriculares em vigor e atestar que constituem instrumento adequado de apoio ao ensino e à aprendizagem e à promoção do sucesso educativo».

Sabemos que um manual escolar é apenas um documento e corresponde às interpretações que o seu autor faz do programa oficial, mediado pelas suas visões particulares acerca do ensino e aprendizagem da Matemática — e não é o próprio programa. Sabemos também que as aprendizagens matemáticas propostas pelo novo programa ultrapassam em muito o que um manual escolar pode conter e que, portanto, este nunca poderá ser «completo» — sendo da responsabilidade e oportunidade do professor a concretização de aspectos essenciais através da experiência matemática que promove aos seus alunos. Assim, podemos relativizá-lo, e assumir que o manual escolar não será decisivo para as aprendizagens matemáticas dos alunos.

No entanto, sabemos que o manual escolar é um recurso curricular que muitos professores utilizam para preparar as suas práticas lectivas e que a tradição de «dar aulas pelo manual» é forte no nosso país — apesar de se reconhecer que o manual não é um conjunto de guiões de aulas. Sabemos também que o manual escolar é um instrumento por que muitos professores ansiaram este ano e, em alguns casos, até já começaram a usar as versões candidatas a adopção disponibilizadas pelas editoras — apesar de centenas de profissionais terem em 2009/10 leccionado na ausência de manual, apoiados por outros materiais de qualidade que muitos exploraram sozinhos ou em colaboração com os seus colegas, e que permitiram proporcionar excelentes aprendizagens aos alunos. Assim, não podemos ignorá-lo, e há que assumir que o manual poderá ter uma forte influência naquilo que muitos professores vão ensinar.

A escolha do manual está aí. Como vão os professores escolher o novo manual escolar? Como farão a análise de conteúdo dos manuais com vista à sua comparação e selecção? Que critérios vão adoptar nesta selecção?

Irão privilegiar o manual da editora a que estão habituados e do qual conhecem já o estilo?

Irão privilegiar o manual que mais serve à continuidade das suas práticas de ensino da Matemática e lhe proporciona maior conforto?

Irão privilegiar o manual que mais se adequa ao novo programa de Matemática e contribui para o desenvolvimento das suas principais ideias-chave?

Pense nisto!

Ana Paula Canavarro
Universidade de Évora